



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

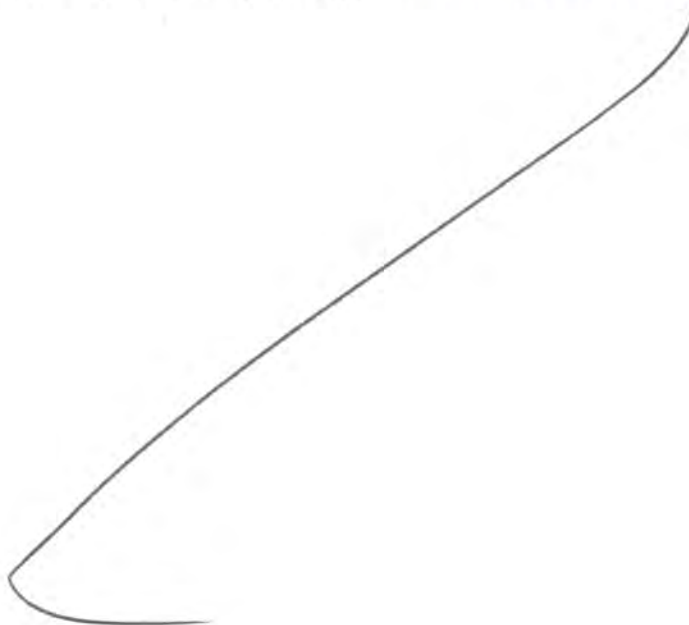
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - 1ª Revisão Orçamental de 2015 – Câmara Municipal de Abrantes

Considerando o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **1ª Revisão Orçamental de 2015 – Câmara Municipal de Abrantes**.

Votação:

A PROVA DA POR UNANIMIDADE



Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. – Grandes Opções do Plano para 2016 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais Mais Relevantes 2016-2019) e respetivo Orçamento para 2016: – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados

Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea a) e o disposto no artigo 33º nº1 alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com os artigos 44º a 46º da Lei 73/2013, de 2 de setembro, e com o artigo 29º nº 4 da Lei 35/2014 de 20/6 e ponto 2.3.2 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** as **Grandes Opções do Plano para 2016 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais Mais Relevantes 2016-2019) e respetivo Orçamento para 2016: – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados.**

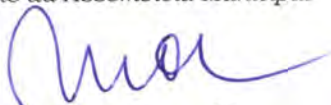
Votação:

Câmara Municipal
Aprovada por MAIORIA, com 6 votos
contra (1 BE + 5 PSD) e 7 abstenções
(1 EDS/PP + 4 CDU + 2 PSD – Presidentes de
Junta).

Serviços Municipalizados
Aprovada por MAIORIA, com 1 voto
contra (BE)

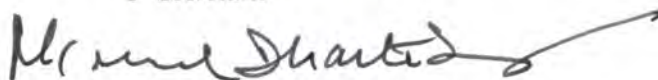
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – aprovação da percentagem a aplicar em 2016

Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 106º, nº 3, alínea b), da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na atual redação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem – aprovação da percentagem de 0,25% a aplicar em 2016.**

Votação:

Aprovado por Maioria, 10 - 1 voto
contra (BF)

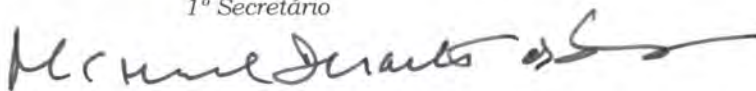
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**5.a) - Apoio à União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
– Isenção do pagamento de taxas para utilização dos autocarros municipais**

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede – Isenção do pagamento de taxas para utilização dos autocarros municipais**

Votação:

Aprovada por UNANIMIDADE

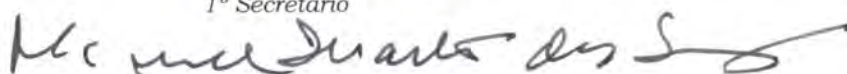
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



MUNICÍPIO DE ABRANTES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5.b) - Apoio à União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio – dispensa total de pagamento de taxas inerente à emissão de declaração, que certifique que o edifício polivalente em Rossio ao Sul do Tejo está isento de autorização de utilização

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede – Isenção do pagamento de taxa referente à declaração emitida pela Câmara Municipal a pedido da União de Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio.**

Votação:

Aprovada por UNANIMIDADE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. - Autorização para assunção de compromisso plurianual relativo ao “Fornecimento e Instalação de Equipamentos e Software no âmbito do projeto piloto – Abrantes: uma cidade Inteligente”

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativo ao “Fornecimento e Instalação de Equipamentos e Software no âmbito do projeto piloto – Abrantes: uma cidade Inteligente”.**

Votação

Aprovada por UNANIMIDADE

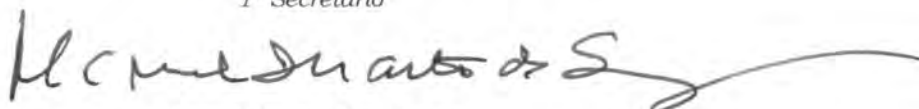
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Luís Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso para o ano de 2016

Considerando o disposto no nº 3 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a delegação na Presidente da Câmara Municipal da competência para a autorização para assunção de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor dos mesmos for inferior ao montante a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, ou seja 99.759,58 €.**

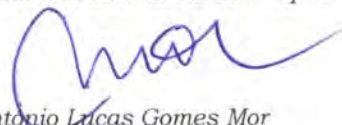
Votação:

Aprovada por MAIORIA, com a
abstenção (BE)



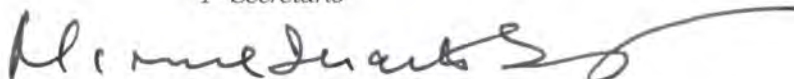
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 20 de novembro de 2015

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. - Reconhecimento do interesse público municipal das instalações da “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.”

Considerando o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, que se consideram integrados, delibera **aprovar o reconhecimento de interesse público municipal das instalações da “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.”**, conforme documento anexo.

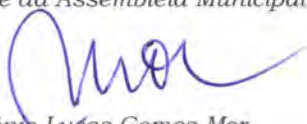
Votação:

Aprovado por MAIORIA com 4
abstenções (PSD)

2

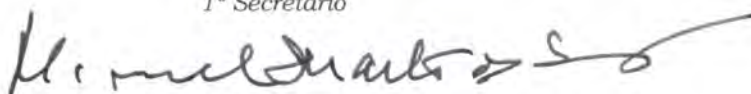
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Exma. Senhora
Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
Praça Raimundo Soares
2200 - 366 Abrantes

Data
09-11-2015

n/ Ref^a.
C.M./018

Assunto: **Renovação da Licença para Operações de Gestão de Resíduos,**
relativa à Estação de Transferência de RSU de Abrantes

Exma. Senhora Presidente,

Relativamente ao assunto em epígrafe, vem a VALNOR informar que, de acordo com informação prestada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de forma a renovar a Licença para as Operações de Gestão de Resíduos da Estação de Transferência de Abrantes, deverá ser solicitado um *Pedido de Regularização*, tendo como base o publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/20014, de 5 de novembro.

Com base nesta informação e de forma a poder instaurar o *Pedido de Regularização*, solicitamos que nos seja enviada a seguinte informação, de acordo com o artigo 5.º do referido DL:

- a) *"Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal;*
- b) *Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionamento, e da planta síntese do loteamento, se aplicável;*

VALNOR Mod. V16i-002 / Rev. A



VALNOR

- c) *Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território, nos casos aplicáveis;*
- d) *Planta de localização e enquadramento à escala 1:25 000;*
- ...
- e) *Planta cadastral; ..."*

Agradecemos desde já todo o empenhamento demonstrado na resolução deste problema.

Com os melhores cumprimentos.

O Diretor Geral

Sérgio Bastos

CS

Conservatória do Registo Comercial de Avis - Matr/NIPC 505 255 090 - Capital Social 10 000 000,00 €

VALNOR Mod. V16I-002 / Rev. A

VALNOR

Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
Apartado 48 • 7441-909 Alter do Chão • Portugal
tel.: +351 245 610 040 • fax: +351 245 619 003
e-mail: geral@valnor.pt • www.valnor.pt



fl. 3/39

VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.



NOVEMBRO, 2015



RP 41/39



PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO – ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RSU'S DE ABRANTES

Índice

1. Âmbito	3
2. Caracterização do Sistema Multimunicipal	4
3. Documentação de Suporte ao Pedido de Regularização	8
a) O valor de produção de bens e serviços, por actividade económica desenvolvida no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3	10
b) A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos	11
c) Número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego directo local	12
d) A caracterização da procura de mercado em que se insere	13
e) Os impactos em actividades conexas, em montante ou a jusante	15
f) As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social;	16
g) Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão	35
h) A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, serviços administrativos ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactos da manutenção da actividade	40
i) Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respectivo custo	41
j) A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para a valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactos	42
k) A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactos ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar	49
l) Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico	50
m) Os custos económicos e sociais da desactivação do estabelecimento e de desmantelamento de instalações	51
n) No caso dos recursos geológicos, a implantação georreferenciada e nota técnica justificativa do potencial e da especificidade da exploração na localização proposta	52
o) Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança das pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização de consequências em caso de acidente grave.	53

[Handwritten signature]

I ÂMBITO

O presente documento visa reunir a documentação de suporte ao Pedido de Regularização da Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) de Abrantes, de acordo com o referido no número 5 do Artigo 5º, Capítulo II do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro.

A instalação em causa localiza-se no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (CIVTRS) e possui o Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 000042/2009.

Esta instalação recebe diariamente cerca de 190 toneladas de resíduos provenientes dos municípios de Abrantes, Gavião, Mação, Sardoal e Vila de Rei.

Os resíduos recepcionados nesta instalação são diariamente encaminhados para tratamento final na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (Compostagem e Digestão Anaeróbia), localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira.

fl. 5/39

2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL

O Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de Novembro, consagrou um quadro legal de carácter geral contendo os princípios informadores do regime jurídico de construção, exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos quando atribuídos por concessão a empresa pública ou a sociedade de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 11/2001, de 23 de Janeiro, criou o Sistema Multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano, integrando os Municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel. Através deste diploma legal foi atribuída a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano, em regime de concessão exclusiva, à Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S.A., pelo período de concessão de trinta anos.

Com a publicação do Despacho n.º 26 172/2004 (2ª Série), de 17 de Dezembro, o Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano foi alargado aos concelhos de Abrantes, Gavião, Mação, Sardoal e Vila de Rei.

Mais recentemente com a publicação do Despacho n.º 16 510/2010 (2ª Série), de 29 de Outubro, o Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano, sofreu novo alargamento, passando a integrar os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila Velha de Ródão.

De referir que a VALNOR é certificada pelas Normas NP EN ISO 9001:2000, NP EN 14001 e OHSAS 18001 pela implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança no Trabalho. A VALNOR obteve em 2005 o Registo EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria, relativo à certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

Em 2006 a VALNOR obteve a certificação na norma SA 8000 referente à Responsabilidade Social.



DADOS GERAIS

Sociedade Concessionária:

VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Indicadores:

- Concelhos: Abrantes, Alter do Chão, Arronches,
- Avis, Castelo Branco, Campo Maior,
- Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião,
- Idanha-a-Nova, Mação, Marvão, Monforte, Nisa,
- Oleiros, Proença-a-Nova, Ponte de Sôr,
- Portalegre, Sardoal, Sertão, Sousel, Vila de Rei e
- Vila Velha de Ródão
- Área: 11.980 km²
- População Residente: 279.191 habitantes



MODELO TÉCNICO INSTALADO

Infra-estruturas atualmente exploradas pela Valnor:

- Exploração do Aterro Sanitário de Avis, com a Licença Ambiental n.º 28 A.1/2005 e licença de exploração n.º 8/2005/INR (2.º. Averbamento de 20 de Novembro de 2008);
- Exploração do Aterro Sanitário de Abrantes com a Licença Ambiental n.º 262/2009 e licença de exploração n.º 7/2007/INR (1.º. Averbamento de 8 de Abril de 2009);
- Exploração do Aterro Sanitário de Castelo Branco com a Licença Ambiental n.º 382/2010;
- Sete Estações de Transferência nos municípios de Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sôr, Portalegre, Abrantes, Castelo Branco, Proença-a-Nova e Idanha-a-Nova;
- Um Estação de Triagem localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira;
- Uma Instalação de Pré-Triagem e Enfiamento localizada no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco;
- Recolha seletiva implementada através da colocação de 1.600 ecopontos e respectivos equipamentos de recolha;
- Catorze Ecocentros localizados em Abrantes, Castelo de Vide, Elvas, Ponte de Sôr, Portalegre (2), Gavião, Sertão, Alcains, Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova;
- Dois Pontos licenciados de Recepção de Pneus, em Avis e Castelo Branco;
- Detém alvará de licenciamento de instalação de Parque de Sucatas, em Avis e Castelo Branco;
- Exploração de dois aterros de inertes em Campo Maior e Ponte de Sôr;
- Seis Estações de Transferência, Triagem e Fragmentação de Resíduos de Construção e Demolição, localizadas em Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Portalegre, Ponte de Sôr e Gavião;
- Centro de Triagem de Resíduos Volumosos no Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira;
- Unidade de Triagem de REEE's;



- Unidade de Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida;
- Unidade de Produção de Biodiesel;
- Central de Valorização Orgânica (Compostagem e Digestão Anaeróbia);
- Unidade de Preparação e Combustíveis derivados de Resíduos (CDR's);
- Unidade de Lavagem de Plásticos.

O modelo técnico instalado na VALNOR encontra-se representado na Figura 1.



Figura 1 – Modelo Técnico Instalado na VALNOR, S.A.

3 DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE AO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO

No âmbito do Pedido de Regularização da Estação de Transferência de RSU's de Abrantes, de acordo com o número 5 do Artigo 5º, Capítulo II do Decreto-Lei nº. 165/2014, de 5 de Novembro, deverão ser fornecidos os seguintes elementos:

- O valor de produção de bens e serviços, por actividade económica desenvolvida no Decreto-Lei nº. 381/2007, de 14 de Novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3;
- A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos;
- Número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego directo local;
- A caracterização da procura de mercado em que se insere;
- Os impactos em actividades conexas, em montante ou a jusante;
- As certificações, quando legalmente exigíveis, em matéria de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social;
- Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão;
- A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactos da manutenção da actividade;
- Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respectivo custo;
- A caracterização dos métodos e sistemas disponíveis ou a implementar para a valorização dos recursos naturais em presença, incluindo medidas de minimização e de compensação de impactos;
- A explicitação das medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactos ambientais, incluindo eventuais práticas disponíveis ou a implementar para atingir níveis de desempenho ambiental adequados, designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar;
- Os processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico;

- m) Os custos económicos e sociais da desactivação do estabelecimento e de desmantelamento de instalações;
- n) No caso dos recursos geológicos, a implantação georreferenciada e nota técnica justificativa do potencial e da especificidade da exploração na localização proposta;
- o) Demonstração da compatibilidade da localização, com a segurança das pessoas, bens e ambiente, bem como a explicitação das medidas implementadas ou a implementar para minimização de consequências em caso de acidente grave.

fl.8/39

- A) O VALOR DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR ACTIVIDADE ECONÓMICA DESENVOLVIDA NO DECRETO-LEI N.º 381/2007, DE 14 DE NOVEMBRO, QUE APROVA A CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, REVISÃO 3

A VALNOR possui como Atividade Principal da Empresa o CAE 38 212, com a designação *Tratamento e Eliminação de Resíduos Não Perigosos*.

Em 2014 a VALNOR recebeu um total de 130.739 toneladas de resíduos. Nestes quantitativos estão incluídos todos os resíduos recepcionados, nomeadamente resíduos da recolha indiferenciada, monstros, resíduos da recolha seletiva, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, madeira, lamas, resíduos industriais banais, pneus usados, resíduos de construção e demolição, resíduos do comércio e serviços, entre outros de reduzida expressão.



B) A FATURAÇÃO DA EMPRESA OU ESTABELECIMENTO DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

A faturação da VALNOR nos anos de 2013 e 2014 foi a seguinte:

	2013	2014
Vendas	5.878.716	5.526.600
Prestações de Serviços	4.103.698	4.113.040
Volume de Negócios	9.982.414	9.639.640

fl. 9/39

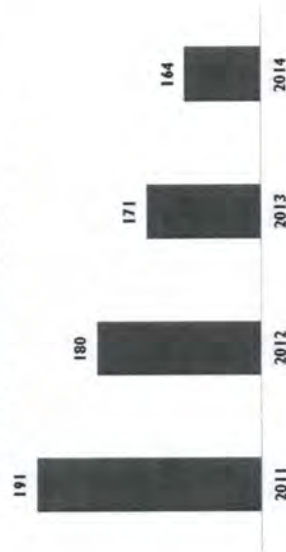
C) NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO JÁ CRIADOS E EVENTUAIS ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR PARA A CRIAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE EMPREGO DIRECTO LOCAL

A VALNOR é uma empresa cuja produtividade depende em boa parte do empenho das populações, mas também de todos os seus colaboradores, contribuindo, com a sua ação conjunta, de forma a fortalecer a economia e melhorar a qualidade ambiental da região.

A VALNOR assume-se como uma empresa de ação estruturante, contribuindo para o desenvolvimento sustentável na sua área de intervenção, não apenas na área ambiental mas também na perspectiva de fotor de desenvolvimento e mais-valia para a região.

Ao longo da sua existência a VALNOR tem assumido um papel preponderante na região enquanto entidade geradora de emprego. Partindo de uma situação inicial em 2001 com 22 trabalhadores a VALNOR contava a 31 de Dezembro de 2011 com uma força de trabalho de 191 pessoas. No final de 2014 o total de colaboradores diretos era de 164:

Evolução do Emprego Criado



Atualmente a VALNOR conta com 161 trabalhadores diretos, 20 trabalhadores de trabalho temporário e 30 trabalhadores sub-contratados.

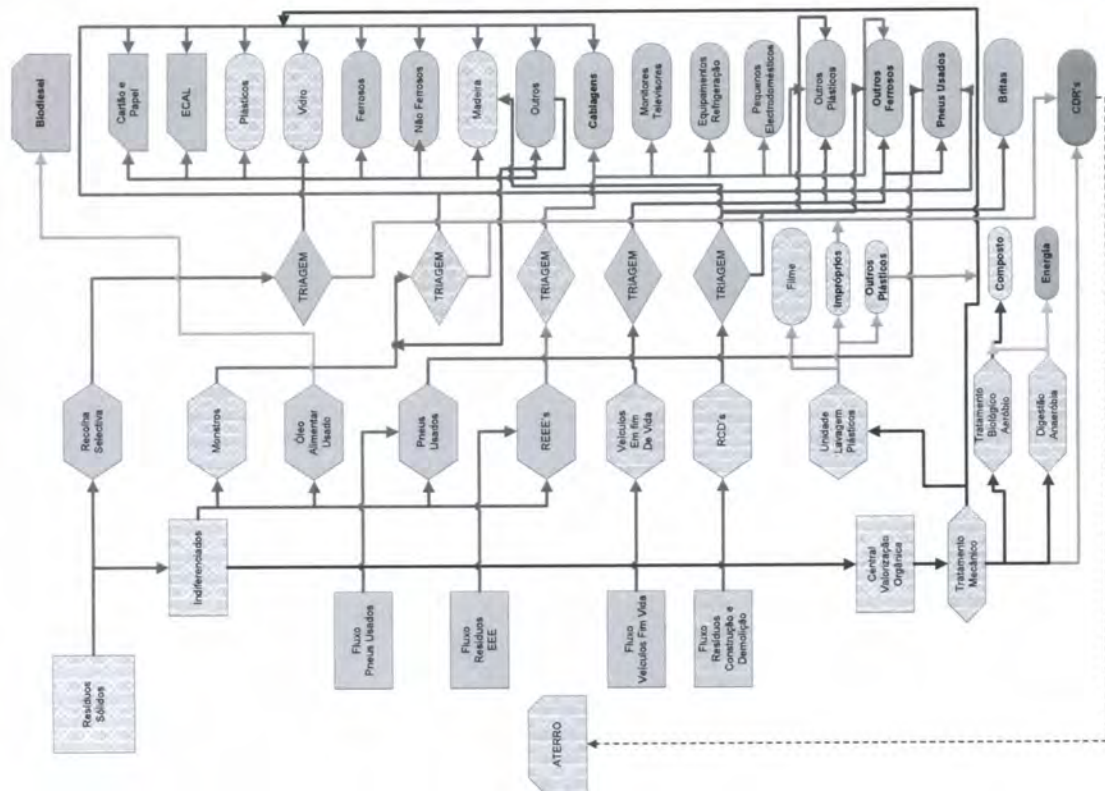
Destes, nas instalações do CIVTRS de Abrantes, desempenham funções 11 trabalhadores diretos e 5 trabalhadores sub-contratados.



D) A CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA DE MERCADO EM QUE SE INSERE

A VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. foi constituída em 2001 pelo Decreto – Lei nº 11/2001 de 23 de Janeiro, atua na área da gestão de resíduos e possui como Missão, a criação de um sistema de excelência de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurando o bem-estar das populações da sua área de abrangência numa lógica de melhoria de atendimento às populações e preservação dos ecossistemas.

Desde o início da sua constituição, a VALNOR assumiu como objetivo, estabelecer na região um sistema integrado de tratamento de todos os resíduos e todas as fileiras. Ao longo dos anos, este objetivo tornou-se uma realidade e a VALNOR tem alargado o seu leque de intervenção, assumindo-se hoje como um sistema de tratamento e valorização de resíduos verdadeiramente integrado. Em baixo encontra-se fluxograma geral dos diferentes fluxos de resíduos tratados na VALNOR.



Assinatura
14

E) OS IMPACTOS EM ACTIVIDADES CONEXAS, EM MONTANTE OU A JUSANTE

A VALNOR, pelo referido anteriormente, para além dos postos de trabalho directos criados, participa directamente para a criação de postos de trabalho indirectos, em toda a sua actividade.

Neste sentido, para além do impacto directo na criação de trabalho, conta com uma vasta lista de Partes Interessadas, quer a montante, quer a jusante da sua actividade, como é o caso das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Municípios, Empresas de Comércio e Serviços, Outras Entidades Gestoras de Resíduos, Entidades de Fiscalização e Reguladoras, Organismos Públicos, Fornecedores, Instituições Financeiras, Estabelecimentos de Ensino, Universidades e Politécnicos, entre outras.

fl. 11/39

F) AS CERTIFICAÇÕES, QUANDO LEGALMENTE EXIGIVEIS, EM MATÉRIA DE QUALIDADE, AMBIENTE, HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A VALNOR é certificada pelas Normas NP EN ISO 9001, NP EN 14001 e OHSAS 18001 pela implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança no Trabalho.

Possui desde 2005 o Registo EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria, relativo à certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

A VALNOR é também certificada na área da Responsabilidade Social, de acordo com o referencial SA 8000.





Certificado de Conformidade PT13/04559.00

O sistema de gestão da
The management system of

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A.

Aterro Sanitário de Avis - Apartado 48
Herdade das Marrás Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS

Foi auditado e cumpre com os requisitos da norma
Has been assessed and certified as meeting the requirements of

SA 8000:2008

Para as actividades de
For the following activities

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB), Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV), Recção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE), Produção de Biodeiesel, de Energia Eléctrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Este certificado é válido desde

14 de novembro de 2013 até 14 de novembro de 2016
This certificate is valid from

sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios
subject to audits of follow-up with satisfactory results

14th November 2013 until 14th November 2016
and remains valid subject to satisfactory surveillance audits

Auditoria de Renovação a realizar antes do 14 de setembro de 2016
Renewal audit to be carried out before 14th September 2016

Versão 1. Certificado pela SGS desde novembro de 2013
Issue 1. Certified with SGS since November 2013

Esta é uma certificação multilíngua. Detalhes adicionais dos locais auditados encontram-se mencionados na(s) página(s) subsequente(s)
This is a multi-site certification. Additional site details are listed on the subsequent page

Authorised by
Paolo Santarelli

SGS ITALIA S.p.A. - Systems & Services Certification
Via G. Gozzi, 1/A - 20129 MILANO - Italy
+39 02 73 93 11 +39 02 70 10 94 85 www.sgs.com

Página 1 de 4
Page 1 of 4



Este documento é propriedade da SGS Italia S.p.A. e não deve ser reproduzido sem a autorização da SGS Italia S.p.A. Este documento é propriedade da SGS Italia S.p.A. e não deve ser reproduzido sem a autorização da SGS Italia S.p.A.



fl. 12/39



Certificado de Conformidade PT13/04559.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais
Additional Facilities

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoos
2200 Abrantes

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco
Castelo Branco
Monte de S. Martinho, Estrada Nacional 18-8 Km 5
6000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre/
Monte da Mergulhagem Estrada da Urria
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sor
Vale de Açor
7400 Ponte de Sor

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre

Página 2 de 4
Page 2 of 4

Este documento é propriedade da SGS Portugal e não deve ser reproduzido sem a autorização da SGS Portugal. Este documento é propriedade da SGS Portugal e não deve ser reproduzido sem a autorização da SGS Portugal.





Certificado de Conformidade PT13/04559.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais Additional Facilities

Ecocentro de Abrantes
Vale de Morenas Zona Industrial Norte
2200-173 Abrantes

Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de
Inertes de Campo Maior Herdade da Torre Nossa Senhora da Expectação
7370 Campo Maior

Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de
RCD's de Gavião
Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4
6040 Gavião

Ecocentro de Vila Velha de Ródão
Zona Industrial de Vila Velha de Ródão
6030-201 Vila Velha de Ródão

Ecocentro de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-528 Proença-a-Nova

Ecocentro Oleiros
Zona Industrial Açude Pinto
6160-409 Oleiros

Ecocentro Serfã
Zona Industrial Alto da Carneira
6100-711 Serfã

Ecocentro de Castelo Branco
Zona Industrial de Castelo Branco
6000-790 Castelo Branco

Página 3 de 4
Page 3 of 4

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de
Serviço de Certificação SA 8000. Qualquer alteração ou modificação deve ser aprovada
pelo cliente e a empresa certificada. A implementação deste documento provê a verificação em
campo e a implementação do sistema de gestão SA 8000. Qualquer alteração ou modificação
deve ser aprovada pelo cliente e a empresa certificada. A implementação deste documento
provê a verificação em campo e a implementação do sistema de gestão SA 8000.

PL 13/39



Certificado de Conformidade PT13/04559.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S.A. SA 8000:2008

Versão 1
Issue 1

Locais adicionais Additional Facilities

Ecocentro de Alcains
Zona Industrial de Alcains
6005-001 Alcains

Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova
Zona Industrial Idanha-a-Nova
6060-182 Idanha-a-Nova

Estações de Transferência de Proença-a-Nova
Zona Industrial de Proença-a-Nova
6150-521 Proença-a-Nova

Ecocentro de Aller do Chão
Zona Industrial de Aller do Chão
7440-999 Aller do Chão

Ecocentro de Fronteira
Zona Industrial de Fronteira
7460-999 Fronteira

Página 4 de 4
Page 4 of 4

Este documento foi emitido pela Companhia de acordo com as Condições Gerais de
Serviço de Certificação SA 8000. Qualquer alteração ou modificação deve ser aprovada
pelo cliente e a empresa certificada. A implementação deste documento provê a verificação em
campo e a implementação do sistema de gestão SA 8000. Qualquer alteração ou modificação
deve ser aprovada pelo cliente e a empresa certificada. A implementação deste documento
provê a verificação em campo e a implementação do sistema de gestão SA 8000.



Certificado de Conformidade PT04/01115.00

O sistema de gestão da organização
**VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A**

Aterro Sanitário de Avis - Apartado 48
Herdade das Marrás Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS
foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

OHSAS 18001:2007

Para as atividades de
O âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Este certificado é válido desde

28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016,
sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios

Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016
Re certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde março de 2004
Issue 7. Certified with SGS since march 2004

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

Autorizado por:
Authorized by

Luis Neves
Direção de Certificação
Certification Management

Isabel Berger



SGS CS - Serviços Internacionais de Certificação
Pav. Tecnológico das Américas 1 217131-59 F: 211157

Este documento foi criado por: Compromisso de Qualidade e Credibilidade. O sistema
de gestão da qualidade foi desenvolvido e implementado em conformidade com os
requisitos da norma ISO 9001:2008. A auditoria foi realizada em 28 de junho de 2013
e o sistema foi certificado por 28 meses. O sistema de gestão da qualidade foi
auditoria de renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016. O sistema
foi certificado por 28 meses. O sistema de gestão da qualidade foi
auditoria de renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016.



Certificado PT04/01115.00, continuação



**VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A**

Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
(RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e
Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e
Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção,
Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de
Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de
Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de
Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis Herdade das Marrás Figueira e Barros 7480-352 Avis	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoos 2200 Abrantes
Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco Monte de S. Martinho, Estrada Nacional 18-8 Km 5 6000-434 Castelo Branco	Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre, Monte da Mergulhagem Estrada da Urfa 7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide Zona Industrial de Castelo de Vide 7320 Castelo de Vide	Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro: Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr Vale de Açor 7400 Ponte de Sôr
--	---

Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas Horta de São Mamede 7350 Elvas	Ecocentro de Portalegre Zona Industrial de Portalegre 7300 Portalegre
--	---



FD-14/39



Certificado PT04/01115.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade das regras da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes Vale de Morenas Zona Industrial Norte 2200-173 Abrantes	Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Campo Maior Herdade da Torre Nossa Senhora da Expectação 7370 Campo Maior
Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's de Gavião Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4 6040 Gavião	Ecocentro de Vila Velha de Ródão Zona Industrial de Vila Velha de Ródão 6030-201 Vila Velha de Ródão
Ecocentro de Proença-a-Nova Zona Industrial de Proença-a-Nova 6150-528 Proença-a-Nova	Ecocentro Oleiros Zona Industrial Açude Pinto 6160-409 Oleiros
Ecocentro Sertão Zona Industrial Alto da Carreira 6100-711 Sertão	Ecocentro de Castelo Branco Zona Industrial de Castelo Branco 6000-790 Castelo Branco

Página 3 de 4
Page 3 of 4

Esta declaração foi emitida pelo Sistema de Gestão de Qualidade da SGS em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1706/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo à acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão de qualidade.



Certificado PT04/01115.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade das regras da OHSAS 18001:2007 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcains Zona Industrial de Alcains 6005-001 Alcains	Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova Zona Industrial Idanha-a-Nova 6060-182 Idanha-a-Nova
Estações de Transferência de Proença-a-Nova Zona Industrial de Proença-a-Nova 6150-521 Proença-a-Nova	Ecocentro de Aller do Chão Zona Industrial de Aller do Chão 7440-999 Aller do Chão
Ecocentro de Fronteira Zona Industrial de Fronteira 7460-999 Fronteira	

Página 4 de 4
Page 4 of 4

[Handwritten signature]

PL-15/39



Certificado de Conformidade PT04/01114.00

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Aterro Sanitário de Avis - Apartado 48
Herdade das Marrás, Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS

foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

NP EN ISO 14001:2012
(ISO 14001:2004)

Para as atividades de

O Âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Este certificado é válido desde
This certificate is valid from

28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016,
sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios

Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016
Re certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde Março de 2004
Issue 8. Certified with SGS since March 2004

Esta é uma certificação multisite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

Autorizado por:
Authorized by

Luis Neves
Direção de Certificação
Certification Management

Isabel Berger

SGS ICS - Serviços Internacionais de Certificação
Polo Tecnológico de Lisboa, 6 piso 0 - 1900-545 Lisboa
T: 217104500 F: 21715747



Página 1 de 4
Page 1 of 4

Este documento foi emitido para comprovar a conformidade da organização com os requisitos da norma ISO 14001:2012. O certificado não garante a conformidade da organização com a legislação aplicável. A organização é responsável por manter a conformidade com a legislação aplicável. O certificado não garante a conformidade da organização com a legislação aplicável. O certificado não garante a conformidade da organização com a legislação aplicável.



Certificado PT04/01114.00, continuação



VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Ambiente permanencizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
(RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e
Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e
Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção,
Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de
Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de
Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de
Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis Herdade das Marrás Figueira e Barros 7480-352 Avis	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes (Localidade Concavada) Casal dos Coelhoos 2200 Abrantes
Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Castelo Branco Monte de S. Martinho, Estrada Nacional 18-8 Km 5 6000-434 Castelo Branco	Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Portalegre Monte da Mergulhagem Estrada da Urre 7300 Portalegre
Estação de Transferência de RSU's; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de Castelo de Vide Zona Industrial de Castelo de Vide 7320 Castelo de Vide	Estação de Transferência de RSU's; Ecocentro; Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr Vale de Apor 7400 Ponte de Sôr
Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas Horta de São Mamede 7350 Elvas	Ecocentro de Portalegre Zona Industrial de Portalegre 7300 Portalegre



Página 2 de 4
Page 2 of 4

Pl. 16/29



Certificado PT04/01114.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes Vale de Morenas Zona Industrial Norte 2200-173 Abrantes	Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Campo Maior Herde da Torre Nossa Senhora da Expectação 7370 Campo Maior
Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's de Gavião Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4 6040 Gavião	Ecocentro de Vila Velha de Ródão Zona Industrial de Vila Velha de Ródão 6030-201 Vila Velha de Ródão
Ecocentro de Proença-a-Nova Zona Industrial de Proença-a-Nova 6150-528 Proença-a-Nova	Ecocentro Oleiros Zona Industrial Açude Pinto 6160-409 Oleiros
Ecocentro Seritã Zona Industrial Alto da Carreira 6100-711 Seritã	Ecocentro de Castelo Branco Zona Industrial de Castelo Branco 6000-790 Castelo Branco



Certificado PT04/01114.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de Energia Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 14001:2012 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcañis Zona Industrial de Alcañis 6005-001 Alcañis	Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova Zona Industrial Idanha-a-Nova 6060-182 Idanha-a-Nova
Estações de Transferência de Proença-a- Nova Zona Industrial de Proença-a-Nova 6150-521 Proença-a-Nova	Ecocentro de Alter do Chão Zona Industrial de Alter do Chão 7440-999 Alter do Chão
Ecocentro de Fronteira Zona Industrial de Fronteira 7460-999 Fronteira	



A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

20.17/39



Certificado de Conformidade PT04/01113.00

O sistema de gestão da organização VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Aterro Sanitário de Avis - Apartado 48
Herdade das Marrãs Figueira e Barros
7480-352 FIGUEIRA E BARROS

foi auditado e cumpre com os requisitos da norma

NP EN ISO 9001:2008

Para as atividades de
O âmbito desta Certificação encontra-se
mencionado na 2ª página deste certificado

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos de ISO 9001:2008 consultar a organização

Este certificado é válido desde

28 de junho de 2013 até 10 de março de 2016;
sujeito a auditorias de acompanhamento com resultados satisfatórios

28th June 2013 until 10th March 2016, and remains valid subject to satisfactory surveillance audits
Auditoria de Renovação a realizar antes de 10 de janeiro de 2016
For certification audit due before 10th January 2016

Versão 8. Certificado pela SGS desde março de 2004
Issue 8. Certified with SGS since March 2004

Esta é uma certificação multissite. Detalhes adicionais dos locais auditados
encontram-se mencionados na página subsequente

Autorizado por:
Authorized by

Luís Neves
Luís Neves
Direção de Certificação
Certification Management

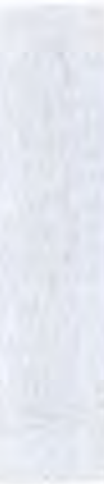
Isabel Berger
Isabel Berger

SGS ICS - Serviço Internacional de Certificação
SGS ICS - International Certification Service
1, 21115-000 P-21115



Este documento foi emitido pela Certificação de Conformidade e Gestão (CSCG) da
SGS ICS - Serviço Internacional de Certificação e Gestão (SGS ICS - International
Certification and Management Service) e é válido para todos os locais auditados
e mencionados no âmbito da certificação. Este documento é propriedade da SGS ICS e
não deve ser reproduzido sem a autorização da SGS ICS. A SGS ICS não se responsabiliza
pelo conteúdo de qualquer documento que não seja da SGS ICS.

Página 1 de 4
Page 1 of 4



Certificado PT04/01113.00, continuação



VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A

Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos
(RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e
Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e
Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção,
Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de
Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Energia
Elétrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e
da aplicabilidade dos requisitos de ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Centro Integrado de Valorização e
Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis
Herdade das Marrãs
Figueira e Barros
7480-352 Avis

Centro Integrado de Valorização e
Tratamento de Resíduos Sólidos de
Castelo Branco
Monte de S. Martinho,
Estrada Nacional 18-8 Km 5
8000-434 Castelo Branco

Estação de Transferência de RSU's;
Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Ecocentro de
Castelo de Vide
Zona Industrial de Castelo de Vide
7320 Castelo de Vide

Estação de Transferência de RSU's e
Ecocentro de Elvas
Horta de São Mamede
7350 Elvas

Centro Integrado de Valorização e
Tratamento de Resíduos Sólidos de
Abrantes (Localidade
Concavada) Casal dos Coelheiros
2200 Abrantes

Estação de Transferência de RSU's;
Estação de Transferência, Triagem e
Fragmentação de RCD's e Ecocentro de
Portalegre/Monte da Mergulhagem
Estrada da Urna
7300 Portalegre

Estação de Transferência de RSU's;
Ecocentro, Estação de Transferência,
Triagem e Fragmentação de RCD's e
Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
Vale de Açor
7400 Ponte de Sôr

Ecocentro de Portalegre
Zona Industrial de Portalegre
7300 Portalegre



A0003
Certificação
Sistemas de Gestão

[Signature]

Página 2 de 4
Page 2 of 4

Pl. 18/39



Certificado PT04/01113.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE). Produção de Energia Eléctrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Abrantes Vale de Morenas Zona Industrial Norte 2200-173 Abrantes	Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Alterro de Inertes de Campo Maior Herdade da Torre Nossa Senhora da Expectação 7370 Campo Maior
Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's de Gavião Zona Industrial do Gavião Lote 3 e 4 6040 Gavião	Ecocentro de Vila Velha de Ródão Zona Industrial de Vila Velha de Ródão 6030-201 Vila Velha de Ródão
Ecocentro de Póvoa-a-Nova Zona Industrial de Póvoa-a-Nova 6150-528 Póvoa-a-Nova	Ecocentro Oleiros Zona Industrial Açude Pinto 6160-409 Oleiros
Ecocentro Sertão Zona Industrial Alto da Carreira 6100-711 Sertão	Ecocentro de Castelo Branco Zona Industrial de Castelo Branco 6000-790 Castelo Branco

Página 3 de 4
Page 3 of 4



Certificado PT04/01113.00, continuação

VALNOR VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS S A



Edição 8
Âmbito pormenorizado

Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e Outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e Desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VFV). Receção, Triagem, Armazenamento, Tratamento e Valorização de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE). Produção de Energia Eléctrica e de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR)

Para a obtenção de pormenores adicionais sobre o âmbito deste certificado e da aplicabilidade dos requisitos da ISO 9001:2008 consultar a organização

Locais adicionais

Ecocentro de Alcains Zona Industrial de Alcains 6005-001 Alcains	Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova Zona Industrial Idanha-a-Nova 6060-182 Idanha-a-Nova
Estações de Transferência de Póvoa-a-Nova Zona Industrial de Póvoa-a-Nova 6150-521 Póvoa-a-Nova	Ecocentro de Alter do Chão Zona Industrial de Alter do Chão 7440-999 Alter do Chão
Ecocentro de Fronteira Zona Industrial de Fronteira 7480-999 Fronteira	



Página 4 de 4
Page 4 of 4

Este documento é propriedade da Valnor e não deve ser divulgado sem a autorização da Valnor. Qualquer reprodução, total ou parcial, sem a autorização da Valnor, é considerada uma infracção da lei de direitos de autor e pode ser punida com penas de prisão e/ou multa.

22.19/39

Certificado de Registo



Organização: VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Âmbito do Registo: Recolha, tratamento e valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e equiparados, Resíduos de Construção e Demolição (RCD) e outros Resíduos Industriais Banais (RIB). Descontaminação e desmantelamento de Veículos em Fim de Vida (VfV). Recepção, triagem, armazenamento, tratamento e valorização de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE). Produção de Biodiesel, de energia elétrica e de combustíveis derivados de resíduos (CDR).¹

Morada: Apartado 48
7441-909 Alter do Chão

N.º de Registo: PT-000046

Data de Registo: 24-03-2006

Data da 3.ª Renovação: 09-12-2014

Validade do Certificado: 09-12-2017

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. na qualidade de Organismo Competente segundo o Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de abril, certifica que a organização acima indicada tem um sistema de gestão ambiental de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, para promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

A organização publica uma Declaração Ambiental validada por um verificador acreditado, e está autorizada a utilizar o logótipo EMAS.

Amadora, 9 de dezembro de 2014

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.

Ana Teresa Perez
Ana Teresa Perez

Anexo ao Certificado de Registo N.º PT-000046

Organização Titular: VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Morada: Apartado 48
7441-909 Alter do Chão

Locais Registados:

- Centros Integrados de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos: Avis, Abrantes e Castelo Branco
- Estação de Transferência de RSU's, Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Ecocentro de: Portalegre e Castelo de Vide
- Estação de Transferência de RSU's, Ecocentro, Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Ponte de Sôr
- Estação de Transferência de RSU's e Ecocentro de Elvas
- Ecocentros: Portalegre, Abrantes, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Sertão, Castelo Branco, Alcains, Alter do Chão e Fronteira
- Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's e Aterro de Inertes de Campo Maior
- Ecocentro e Estação de Transferência, Triagem e Fragmentação de RCD's de Gavião
- Ecocentro e Estação de Transferência de Idanha-a-Nova
- Estação de Transferência de Proença-a-Nova

Código NACE: 38.21

Contacto: Cláudia Sofia Lola Simões

Endereço Eletrónico: claudia.simoess@valnor.pt

Telefone: 245 610 040

Fax: 245 619 003

Identificação do Verificador: SGS ICS - Serviços Internacionais de Certificação, Lda.

Morada do Verificador: Polo Tecnológico de Lisboa, Lote 6 - Pisos 0 e 1
1600-546 Lisboa

N.º Registo do Verificador: PT-V-0003

Amadora, 9 de dezembro de 2014

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.

Ana Teresa Perez
Ana Teresa Perez

¹ O âmbito de registo aplica-se aos locais registados identificados no anexo ao certificado



G) CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO ESTABELECIMENTO OU EXPLORAÇÃO E BREVE HISTORIAL SOBRE A SUA EXISTÊNCIA, INCLUINDO A INDICAÇÃO DE TER SIDO INICIADO OU NÃO O PROCESSO DE LICENCIAMENTO E, EM CASO AFIRMATIVO, AS RAZÕES QUE LEVARAM À SUA SUSPENSÃO

Esta Estação de Transferência de RSU, possui a finalidade de servir de ligação entre a transferência dos Resíduos Urbanos no seu local de deposição.

De acordo com este objetivo, as instalações possuem:

- Capacidade de transferência de 190 toneladas por dia de transferência de resíduo urbanos;
- Facilidades de entrada e saída dos veículos, tanto dos de recolha como os de transferência, estabelecendo-se assim duas zonas desníveis;
- Alta manobrabilidade no interior do recinto;
- Tempos de transferência mínimos entre a passagem da carga dos veículos de recolha para os de transferência;

- Flexibilidade da instalação para admitir todo o tipo de resíduos urbanos;
- Facilidade para a manutenção da mesma em bom estado;
- Integração no espaço e das instalações existentes;
- Fácil exploração com custos baixos de manutenção.

Para além da Estação de Transferência, mantêm-se parte do Ecocentro existente, para a recolha e armazenamento temporário de resíduos de papel, cartão, plásticos, metais e outros resíduos.

De acordo com a Portaria N.º 209/2004, de 3 de Março, as operações de gestão de resíduos envolvidas neste processo são:

- R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada);
- D15 – Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos).

Esta instalação foi licenciada em 2009, através do Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 000042/2009, que se apresenta de seguida.

No âmbito da renovação do referido Alvará, o processo foi indeferido pela Entidade Licenciadora, dando origem ao presente pedido de Regularização.

fl. 21/39



<p>ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS N.º 000042-7 -2009</p>	<p>Nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento à empresa</p> <p>VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.,</p> <p>com sede na Herdade das Marrãs, Apartado 48, 7441-809 ALTER DO CHÃO, detentora do Número de Contribuinte 505 255 090, para a sua instalação sita no Casal dos Coelhoiros, 2200 CONCAVADA, freguesia de Concavada, município de Abrantes, onde será realizada a seguinte operação</p> <p>armazenamento temporário (estação de transferência de resíduos sólidos urbanos).</p> <p>A realização das operações de gestão de resíduos fica sujeita à execução do projecto e ao cumprimento integral das especificações anexas, as quais fazem parte integrante do presente alvará.</p> <p>O presente alvará de licença é válido até 21 de Maio de 2014</p> <p>Lisboa, 21 de Maio de 2009</p> <p>A Vice-Presidente</p> <p><i>Paula Santana</i> Paula Santana</p>
---	---

[Handwritten signature]

Especificações anexas ao Alvará nº 000042- / -2009

O presente Alvará é concedido à empresa VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A, no âmbito do licenciamento simplificado ao abrigo do artigo 32º do Decreto-Lei nº. 178/2006, de 5 de Setembro.

1. Operações objecto da licença e respectivos códigos D e R publicados no Anexo III da Portaria nº 209/2004 de 3 de Março

A operação de gestão em causa consiste na armazenagem de resíduos

- D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução da operação D8

2. O estabelecimento fica licenciado para receber os resíduos indicados, aos quais se encontra associado o respectivo código LER

20 01 08	resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas
20 02 01	resíduos biodegradáveis
20 03 01	mistura de resíduos urbanos e equiparados
20 03 02	resíduos de mercado
20 03 03	resíduos de limpeza de ruas
20 03 99	resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados

Os quantitativos de resíduos gerir anualmente é de 190 t/dia (estimativa).

3. O estabelecimento em causa deverá ter em atenção as condições seguintes

3.1- A gestão de resíduos deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro.

3.2- A empresa tem 30 dias, após o início da actividade, para se registar no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), conforme disposto na alínea b) do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 178/2006, regulamentado na Portaria nº 1408/2006, de 18 de Dezembro. As entidades abrangidas estão obrigadas a possuir registo da seguinte informação:

- Origens discriminadas dos resíduos;
- Quantidade, classificação (LER) e destino discriminados dos resíduos;
- Identificação das operações efectuadas;
- Informação relativa ao acompanhamento efectuado, contendo os dados recolhidos através de meios técnicos adequados.

Especificações anexas ao Alvará nº 000042- / -2009

3.3- O armazenamento de resíduos, deve ser efectuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão, e respeitar todas as regras de segurança. Os resíduos devem ser colocados em local devidamente impermeabilizado e confinado de modo a não haver contaminações no solo, devendo os resíduos estar identificados com o respectivo código LER.

3.4- Cumprir o estipulado no Regulamento Geral do Ruído publicado no Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro

3.5- Cumprir as normas gerais de protecção da qualidade do ar estipuladas no Decreto-Lei nº. 78/2004, de 3 de Abril, sendo de salientar que é expressamente proibida a queima a céu aberto de qualquer resíduo.

3.6- Devem ser cumpridos todas as disposições dos instrumentos de gestão territorial, bem como todas as condicionantes e regimes legais especificamente aplicados à localização da instalação

3.7- Devem ser cumpridas todas as disposições legais aplicáveis relativamente à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente as fixadas no Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº. 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei nº. 35/2004, de 29 de Julho.

4. Responsáveis técnicos pela unidade

- Eng. José João dos Anjos Pinto Rodrigues
- Eng.ª Cláudia Sofia Lóla Simões
- António Manuel dos Santos Lopes

5. Identificação da instalação

- Nome da empresa: VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.
- Endereço: Casal dos Coelhoos, Concavada
- Código Postal: 2200 CONCAVADA
- Freguesia: Concavada
- Município: Abrantes
- Telefone: -----
- Fax: -----
- Nº de Contribuinte: 505 255 090



fl. 22/39

Especificações anexas ao Alvará nº 000042-/-2009

6. Equipamento instalado

A instalação possui quatro tremonhas

Lisboa, 21 de Maio de 2009

H) A INDICAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DESCONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL VINCULATIVOS DOS PARTICULARES, SERVIÇOS ADMINISTRATIVAS OU RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, ASSIM COMO DOS IMPACTES DA MANUTENÇÃO DA ACTIVIDADE;

De acordo com o ofício emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com a referência nº. S02744-201403-DAS/DLA, o novo quadro legislativo da Gestão de Resíduos (Decreto-Lei nº. 73/2011, de 17 de Junho) impõe que o licenciamento de operações de gestão de resíduos dependa, entre outros factores, da compatibilidade da localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial e com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicáveis, de acordo com o parecer emitido pelo serviço regional desconcentrado responsável pela área do ordenamento do território.

Neste sentido e durante a análise deste processo, verificou a entidade licenciadora, existir uma incompatibilidade entre o uso previsto no PDM de Abrantes e a infraestrutura de ambiente existente, nomeadamente a Estação de Transferência de RSU's.

I) FUNDAMENTAÇÃO DA OPÇÃO DA NÃO DESLOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PARA LOCAL ADEQUADO NO MESMO CONCELHO OU NOS CONCELHOS VIZINHOS, EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO RESPECTIVO CUSTO

No Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Abrantes, para além da Estação de Transferência de RSU's, que resultou num investimento da ordem dos 1,2 M€, existe também um antigo aterro de RSU's devidamente selado e encerrado, sendo atualmente explorado o biogás aí formado para a produção de energia.

Considerando a existência de outras infraestruturas neste local, não se considera válida a opção de deslocalização da instalação alvo do presente pedido.

J) A CARACTERIZAÇÃO DOS MÉTODOS E SISTEMAS DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR PARA A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM PRESENÇA, INCLUINDO MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO DE IMPACTES

No âmbito do Sistema Integrado de Gestão nas áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança, implementado e em vigor na VALNOR, os impactes de todas as actividades desenvolvidas na empresa, são avaliados e analisados, tendo em vista a sua eliminação, quando possível e o seu controlo.

Na Identificação e Avaliação de Aspectos Ambientais, é seguida a seguinte metodologia:

- A identificação dos aspectos e dos respectivos impactes ambientais é realizada por local / atividade e tem em conta:

- Informação associada aos Processos, como seja os N2 – Áreas Funcionais, N3 – Diagramas de Processo e outra documentação de carácter descritivo;
- Relatórios de avaliações e medições, registos de consumos e emissões e outra documentação de carácter quantitativo e qualitativo;
- Informação criada para efeitos legais, regulamentares, de investigação ou outros;
- Visitas *in situ* com recolha de informação junto dos intervenientes nos processos operativos;

Neste processo são tidas em consideração as diversas actividades desenvolvidas, as entradas e saídas dos processos operativos, em "condições de operação normais e anómalas, em condições de paragem e de arranque, assim como as situações de emergência razoavelmente previsíveis".

Os aspectos ambientais são avaliados de acordo com a sua Significância.

A "Significância" de um aspecto refere-se à importância atribuída à alteração provocada no ambiente (impacte ambiental), considerando-se assim que os aspectos ambientais podem ser "Significativos" ou "Não Significativos".

A avaliação da significância tem em conta os seguintes critérios:

1. **Risco ambiental**, que reflete a gravidade dos danos (potenciais ou efetivos) para o ambiente.
2. **Preocupações das partes interessadas**, que valoriza as situações / aspetos ambientais que possam levar a uma reclamação de uma ou mais Partes Interessadas da VALNOR.

Risco Ambiental

O **Risco Ambiental (RA)** é dado pelo produto entre a **Consequência (C)** e a **Frequência (F)** do



aspecto ambiental ou, no caso de situações de emergência, a **Consequência (C)** e a **Probabilidade (P)** do aspeto ambiental:

$$RA = C \times F \text{ ou } RA = C \times P$$

Aos diferentes níveis da consequência, da frequência e da probabilidade, são atribuídos valores numéricos adimensionais, tendo como referência o ano transato e de acordo com o seguinte:

- Classificação da Frequência:

Frequência	Valor numérico
Raro (ocorre pelo menos uma vez por ano)	1
Ocasional (ocorre pelo menos uma vez por mês)	2
Frequente (ocorre várias vezes por semana, durante a operação da instalação)	3
Habitual (ocorre várias vezes por dia)	4
Em contínuo	5

- Classificação da Probabilidade:

Probabilidade	Valor numérico
Reduzida (Períodos de reincidência expectável superiores a 5 anos)	2
Moderada (Períodos de reincidência expectável inferiores a 5 anos)	3
Elevada (Períodos de reincidência expectável inferiores a 1 ano)	4

pl.25/39

- Classificação da consequência com exemplos de aspetos ambientais:

Consequência	Valor	Exemplos de aspetos ambientais
Danos reduzidos no ambiente	1	<ul style="list-style-type: none"> . Ruído ambiental em conformidade legal . Produção de resíduos recicláveis . Libertação de odores . Aspecto visual da infra-estrutura . Consumo de recursos renováveis . Consumo de água (média 3 últimos anos) < 1000 m³ . Ocupação do solo (<2 hectares ou localizado em zona industrial)
	2	<ul style="list-style-type: none"> . Ruído ambiental em inconformidade legal . Produção de resíduos não recicláveis . Consumo de recursos não renováveis . Consumo de água (média 3 últimos anos) 1000<x>5000 m³ . Libertação de poeiras . Consumo de combustíveis (<450 tep/ano)² . Consumo de energia (<450 tep/ano)³ . Produção de lixiviados e efluentes . Descarga de efluentes tratados (em conformidade com os VLE) . Ocupação do solo (>2 hectares e localizado fora de zona industrial)

² Consideram-se os consumos da frota afeta à infraestrutura em causa
³ Consideram-se os consumos energéticos da infraestrutura em causa

44

Consequência	Valor	Exemplos de aspectos ambientais
Danos elevados no ambiente	3	<ul style="list-style-type: none"> . Produção de resíduos perigosos . Consumo de combustíveis (>450 tep/ano) . Consumo de energia (>450 tep/ano) . Consumo de água (média 3 últimos anos) > 5000 m³ . Emissões atmosféricas de gases com efeito de estufa ou gases delectores da camada de ozono . Descarga de efluentes tratados (não conformes com os VLE) . Derrames de poluentes no solo ou recursos hídricos

Assim, o risco ambiental pode assumir os seguintes valores numéricos:

Consequência	Frequência / Probabilidade				
	1	2	3	4	5
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5

Preocupações das Partes Interessadas (PI)

A determinação deste critério é sustentada não só na percepção e conhecimento de causa (suportada pelo contacto directo e indirecto) que os responsáveis técnicos da VALNOR detêm relativamente às preocupações das partes interessadas, mas também no histórico das suas queixas ou reclamações.

Estes aspectos são valorizados de acordo com o seguinte:

Preocupações interessadas	das partes	Valor numérico
Sem interesse para a vizinhança		0
Com interesse para a vizinhança mas sem reclamações		1

Pl.26/39

Com interesse para a vizinhança e com reclamações	3
---	---

A significância é determinada pela seguinte fórmula:

$$\text{Significância} = \text{RA} + \text{PI}$$

Significância	Valor numérico
Aspecto ambiental significativo	> 8
Aspecto ambiental não significativo	≤ 8

Uma vez identificados os aspectos ambientais significativos, é emitida a Matriz IAAIA, com a indicação do(s) tipo(s) de controlo(s) associado(s).

Os aspectos ambientais que originam impactos considerados positivos não são avaliados nem sujeitos a medidas de minimização e controlo.

A Matriz IAAIA e as medidas de eliminação / minimização / controlo dos aspectos ambientais significativos são definidas pela equipa de trabalho e aprovadas pela Administração.

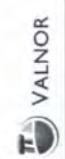
Os aspectos ambientais significativos são eliminados / minimizados / controlados ou monitorizados, através de:

1. Objetivos e Metas,
2. Monitorização;
3. Medidas de Controlo Operacional;
4. Resposta a Emergências.

Os impactos ambientais identificados para a instalação em análise, encontram-se seguidamente identificados:



FL. 27/39



Local / Província	Atividade / Descrição	Direção / Impacto Ambiental	Identificação de Aspectos e AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – CIPTEs Ambientais				Partes Interessadas	Total
			Consequência	Impacto Ambiental	Gravidade	Previsibilidade	Nível de Impacto	
Geral	Gestão	Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
Gestão de Resíduos Sólidos	Gestão	Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10	0



Local / Província	Atividade / Descrição	Direção / Impacto Ambiental	Gravidade	Previsibilidade	Nível de Impacto	Partes Interessadas	Total
Geral	Gestão	Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
Gestão de Resíduos Sólidos	Gestão	Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10
		Direção	Normal	Atividade de saneamento	3	3	10

- K) A EXPLICITAÇÃO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DE EVENTUAIS IMPACTES AMBIENTAIS, INCLUINDO EVENTUAIS PRÁTICAS DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR PARA Atingir Níveis de Desempenho Ambiental Inadequados, Designadamente, nos domínios da água, energia, solos, resíduos, ruído e ar

Como medidas implementadas para controlo e mitigação dos impactos referidos na alínea anterior a VALNOR conta com a implementação de um Plano de Monitorização Ambiental, assim como a identificação de Cenários de Emergência de carácter ambiental, para os quais os seus colaboradores se encontram formados e informados.

- L) OS PROCESSOS TECNOLÓGICOS INOVADORES DISPONÍVEIS OU A IMPLEMENTAR OU COLABORAÇÃO COM ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO; Alínea não aplicável no processo em análise.

50



M) OS CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA DESATIVACÃO DO ESTABELECIMENTO E DE DESMANTELAMENTO DE INSTALAÇÕES

De acordo com o referido na alínea I) não se considera válida a desativação os deslocalização da Estação de Transferência de RSUs cuja construção resultou de um investimento de cerca de 1,2 M€, uma vez que no mesmo espaço físico do local onde se localiza a instalação alvo do presente pedido, existem outras instalações, propriedade da empresa.

N) NO CASO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS, A IMPLANTAÇÃO GEORREFERENCIADA E NOTA TÉCNICA JUSTIFICATIVA DO POTENCIAL E DA ESPECIFICIDADE DA EXPLORAÇÃO NA LOCALIZAÇÃO PROPOSTA

Alínea não aplicável no processo em análise.



O) DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA LOCALIZAÇÃO, COM A SEGURANÇA DAS PESSOAS, BENS E AMBIENTE, BEM COMO A EXPLICITAÇÃO DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU A IMPLEMENTAR PARA MINIMIZAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS EM CASO DE ACIDENTE GRAVE.

Os riscos para o ambiente e para as populações, decorrentes seja de situações de operação normal, seja de situações acidentais e súbitas, prendem-se, sobretudo, com a ocorrência de eventuais falhas ou disfunções nalguns sistemas de controlo ambiental.

As causas de acidentes podem ser agrupadas em causas internas ou externas à instalação. Salienta-se, no entanto, que a minimização dos riscos é muito mais eficiente e eficaz quando se verifica serem adequadas a concepção, a construção, a exploração e a desactivação destes projectos.

As causas externas mais importantes são a ocorrência de um sismo, a afectação da zona da triagem e transferência de resíduos inertes por causas naturais (inundação ou queda de um raio ou relâmpago), actos de sabotagem (fogo posto), a ocorrência de um incêndio, entre outros. No que respeita às causas internas, estas relacionam-se com condições operacionais e/ou de dimensionamento deficientes.

Os perigos para o ambiente e para as populações decorrentes da exploração da Estação de Transferência de RSU's e posterior transferência de resíduos para o CIVTRS de Avis, não são significativos.

Os sistemas de segurança e controlo são a peça basilar para a prevenção das causas de acidente, pelo que a seguir se reproduz o Plano de Prevenção e Resposta a Emergências elaborado no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e de Segurança, cujas partes aplicáveis e implementadas são seguidamente reproduzidas.

- Prevenção e Resposta a Emergências

Objectivo e Âmbito:

As acções e medidas estabelecidas visam minimizar os danos pessoais e materiais, bem como os impactos ambientais decorrentes da ocorrência de situações de emergência, através de uma intervenção rápida e eficaz.

Com os procedimentos de actuação e os meios de intervenção (humanos e materiais), delineados neste documento, pretende-se garantir apenas a primeira intervenção em situações de emergência, de modo a eliminar o perigo ou minimizar as suas consequências até à chegada de apoio externo.

Como apoio externo pode recorrer-se à intervenção da Corporação de Bombeiros mais próxima de cada uma das instalações da VALNOR, que possuem equipamento próprio e meios humanos

especializados no combate a incêndios e outras situações de emergência, bem como na prestação de primeiros socorros, garantindo uma intervenção mais adequada.

Meios de intervenção

Para fazer face a possíveis incêndios, derrames ou outras situações de emergência a VALNOR dispõe dos seguintes meios no CIVTRS:

- Meios de primeira intervenção (lista de extintores e respectiva localização – instalações fixas e viaturas de recolha de RSU, betoneiras de emergência, bocas de incêndio armadas);
- Sinalização de meios de primeira intervenção e das vias e saídas de emergência;
- Caixas de primeiros socorros.

Caso os meios anteriores não sejam suficientes a VALNOR recorre ao apoio de meios externos (Corporação de Bombeiros mais próxima da instalação da VALNOR em causa).

Na Portaria das instalações do CIVTRS estão afixados os números de telefone do Coordenador da Emergência e entidades externas de apoio (Corporação de Bombeiros, Hospitais e Polícia).

Organização de Emergência

Para actuar numa situação de intervenção interna em situação de emergência foi criada a Estrutura de Emergência, constituída por:

- Coordenador de Emergência

- Orientar e coordenar as actividades dos diferentes membros da equipa de intervenção;
- Avaliar necessidade de proceder à evacuação das instalações e coordenar esse processo (encaminhamento dos colaboradores para o Ponto de Encontro – no exterior junto à Portaria);
- Avaliar necessidade de apoio externo e solicitar a sua intervenção;
- Acompanhar evolução da situação;
- Contactar a administração e mantê-la informada acerca do desenvolvimento da emergência.

- Equipa de Intervenção de Emergência

- Actuar nas situações de emergência utilizando os meios disponíveis na empresa e seguindo as instruções do Coordenador da Emergência;



- Apoiar os Bombeiros;
 - Garantir a evacuação rápida e segura dos ocupantes das instalações.
- Equipa de Primeiros Socorros
- Efectuar os primeiros socorros de forma a minimizar as consequências decorrentes da situação de emergência;
 - Avaliar a necessidade de evacuação de feridos ou sinistrados;
 - Solicitar ambulância para transporte de feridos ou sinistrados;
 - Relatar ao Coordenador de Emergência a situação dos acidentados.





De	Para	Info nº	Data
CARLOS SANTOS DUQUE Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística	JOÃO CARLOS GOMES Vereador da Câmara Municipal	24/2015 CD	09. 11. 2015
Assunto			

Renovação do Alvará de Licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009

“Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.” (pedido de elementos ao Município)

Sr. Vereador

Na sequência do deliberado na data de 03.02.2015, pelo executivo da Câmara Municipal, intercedeu a “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.” junto da CCDR.LVT de modo a lograr obter recurso hierárquico, para o Sr. Presidente da CCDR-LVT, da decisão do (então) Sr. Vice-Presidente do mesmo organismo, Sr. Engº José Damas Antunes, revogando-se a mesma e deferindo o pedido de renovação de Alvará de Licença para Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009.

Pronunciou-se a CCDR.LVT, através de despacho do seu presidente d.d. 16.04.2015, negando provimento ao recurso hierárquico.

Considerando a importância fulcral da permanência da Estação de Transferência no local, realizou-se no passado dia 06.11.2015, na Presidência dessa Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, reunião com o Sr. Vice-Presidente daquele organismo, Sr. Engº José Pedro Neto, acompanhado da Drª Isabel Garcia (jurista) e Drª Paula Pinto; o Município de Abrantes foi representado pelo Sr. Vereador João Carlos Gomes, pelo signatário desta informação e pelo Coordenador do SSIG/SOT, Dr. Ricardo Braz; a “Valnor, SA” fez-se representar pela Drª Cláudia Simões.

Tudo visto e analisado, foi proposto pela CCDR-LVT que fosse equacionado o enquadramento no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que dispõe de carácter extraordinário a aplicar aos estabelecimentos e instalações que não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial (tese contrariada pela posição do Município, mas insistida pela CCDR-LVT).

Porém, tal enquadramento impõe que a submissão do respetivo pedido junto da CCDR.LVT seja acompanhado de Declaração fundamentada do Interesse Público Municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea a) do nº 4 do Artigo 5º desse diploma.



Relativamente ao enquadramento e às características daquela infraestrutura, dão-se aqui por reproduzidos os dados avançados pela “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.” que acompanham o pedido.

Por parte do Município, forma já encetados contactos com a CCDR.LVT de modo a aquilatar a alteração da classificação da área abrangida por aquela infraestrutura, conforme adequada tipologia das que constam do Decreto Regulamentar aplicável, em sede do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes.

Face ao exposto, proponho superiormente o encaminhamento do processo a reunião do executivo da Câmara Municipal de modo a que esse órgão delibere propor à Assembleia Municipal a pronúncia (e consequente emissão de Declaração) de Interesse Público Municipal das instalações da “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.”.

À Consideração Superior



Carlos Santos Duque

Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística



Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência da informação nº 01/2015 CD da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de janeiro de 2015, que remete para aprovação, proposta de decisão, acerca da renovação do alvará de licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009 da Valnor- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. – PG 165219

Deliberação: Por unanimidade, reiterar a posição já anteriormente assumida de considerar, como legalmente enquadrada, a infraestrutura “Estação de transferência de RSU’s de Abrantes” na Classe de Espaço que a abrange – Classe de Espaço Agro-Florestal – pela Carta de Ordenamento Municipal;

Salientar que, na verdade, o Artigo 10º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Abrantes limita-se a indicar um destino *preferencial* às áreas classificadas naquela Classe de Espaços e simultaneamente, o Artigo 26º do mesmo RPDM admite a autorização da alteração do solo para fins não agrícolas, indicando outras utilizações; porém, a título exemplificativo e utilizando o termo “*nomeadamente*”, o que não restringirá os usos admissíveis exclusivamente aos que se lhe seguem;

Transmitir que a anterior análise sustentada pela Câmara Municipal havia equiparado este tipo de infraestrutura a uma indústria, considerando que o modelo territorial do PDM de Abrantes não dispõe de qualquer classe de espaços exatamente coincidente com uma *infraestrutura de ambiente*, uma vez que das classes de espaços elencadas pelo nº 1 do Artigo 6º do RPDM, apenas as infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de redes e instalações elétricas têm espaço e relevo próprio e que, o uso de indústria é expressamente compatível com a Classe de Agro-Florestal desde o início da eficácia do PDM de Abrantes (1995) e mantendo-se na adequação e alinhamento com o PROT-OVT (2010);

Esclarecer que a “Estação de transferência de RSU’s de Abrantes” cumpre os indicadores de apoio à gestão urbanística constantes do Anexo I ao Regulamento do PDM de Abrantes;

Considerar que os argumentos atrás elencados reclamam solicitação por quem de direito (em concreto, a “Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.”) de recurso hierárquico, para o Presidente da CCDR-LVT, da decisão do Vice-Presidente do mesmo organismo, Engº José Damas Antunes, revogando-se a mesma e deferindo o pedido de renovação de Alvará de Licença para Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



Nº 39 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



De	Para	Info nº	Data
CARLOS SANTOS DUQUE Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística	JOÃO CARLOS GOMES Vereador da Câmara Municipal	01/2015 CD	27. 01. 2015
Assunto			

Renovação do Alvará de Licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009
“Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.” (pedido de elementos ao Município)

Sr. Vereador

Solicita-nos a “Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” o fornecimento de um conjunto de elementos, de modo a instruir pedido de regularização da Estação de Transferência de RSU’s de Abrantes, junto da CCDR de Lisboa e vale do Tejo.

Contextualizando, esse pedido surge na sequência da pronúncia final daquela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, sobre o indeferimento do pedido apresentado pela “Valnor, S.A” relativo à Renovação do Alvará de Licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009.

Em concreto, a CCDR-LVT fundamentou esse indeferimento, única e exclusivamente, na (sua) interpretação de que a referida infraestrutura assumiria incumprimento com as normas constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Abrantes, no que se refere à intervenção em Espaço Agro-Florestal.

Recordo que em sede de audiência prévia a esse indeferimento, o executivo da Câmara Municipal pronunciou-se no sentido de expor à CCDR-LVT a sua interpretação sobre o alcance das normas constantes dos Artigos 10º e 26º desse RPDM; contestando dessa forma a alegada incompatibilidade e expondo os motivos dessa contestação, com suporte à minha informação d.d. 04.04.2014 a qual dou aqui por reproduzida.

Impõe-se contudo atender ao facto da decisão da CCDR-LVT recomendar instrução de pedido de regularização daquela infraestrutura, disso fazendo depender porém a alteração da programação do instrumento de gestão territorial aplicável (PDM), por outras palavras, forçando uma alteração de Classe de Espaços na Carta de Ordenamento.

No interesse da procura de uma solução consensual e de modo a melhor expormos os nossos argumentos, solicitámos agendamento de reunião na CCDR-LVT.

A mesma decorreu hoje nas suas instalações e foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente Engº José Damas Antunes, sendo acompanhado pela Srª Chefe da Divisão de Gestão do Território, Drª Paula Pinto e por duas técnicas da Divisão de Serviços de Ambiente.

Da parte da Câmara Municipal, compareceu o Sr. Vereador João Carlos Gomes, eu próprio e o Coordenador do SSIG/SOT, Dr. Ricardo Braz.

Em representação da "Valnor, S.A.", esteve presente a Dr^a Cláudia Simões.

Debatidas as posições até agora assumidas pelas entidades intervenientes, concluiu-se como de importância relevante que a Câmara Municipal de Abrantes complemente a sua anterior pronúncia relativamente ao cumprimento com o Plano Diretor Municipal de Abrantes e, cumulativamente, garanta o respeito pelos parâmetros urbanísticos aplicáveis.

Assim sendo, proponho superiormente o encaminhamento do presente processo a reunião do executivo da Câmara Municipal, de modo a que esse órgão delibere:

1. Reiterar a posição já anteriormente assumida de considerar, como legalmente enquadrada, a infraestrutura "Estação de transferência de RSU's de Abrantes" na Classe de Espaço que a abrange – Classe de Espaço Agro-Florestal – pela Carta de Ordenamento Municipal;
2. Salientar que, na verdade, o Artigo 10º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Abrantes limita-se a indicar um destino *preferencial* às áreas classificadas naquela Classe de Espaços e, simultaneamente, o Artigo 26º do mesmo RPDM admite a autorização da alteração do solo para fins não agrícolas, indicando outras utilizações; porém, a título exemplificativo e utilizando o termo "*nomeadamente*", o que não restringirá os usos admissíveis exclusivamente aos que se lhe seguem;
3. Transmitir que a anterior análise sustentada pela Câmara Municipal havia equiparado este tipo de infraestrutura a uma indústria, considerando que o modelo territorial do PDM de Abrantes não dispõe de qualquer classe de espaços exatamente coincidente com uma *infraestrutura de ambiente*, uma vez que das classes de espaços elencadas pelo nº 1 do Artigo 6º do RPDM, apenas as infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de redes e instalações elétricas têm espaço e relevo próprio; e que o uso de indústria é expressamente compatível com a Classe de Agro-Florestal desde o início da eficácia do PDM de Abrantes (1995) e mantendo-se na adequação e alinhamento com o PROT-OVT (2010);
4. Esclarecer que a "Estação de transferência de RSU's de Abrantes" cumpre os indicadores de apoio à gestão urbanística constantes do Anexo I ao Regulamento do PDM de Abrantes;
5. Considerar que os argumentos atrás elencados reclamam solicitação por quem de direito (em concreto, a "Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A.") de recurso hierárquico, para o Sr. Presidente da CCDR-LVT, da decisão do Sr. Vice-Presidente do mesmo organismo, Sr. Engº José Damas Antunes, revogando-se a mesma e deferindo o pedido de renovação de Alvará de Licença para Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009.

À Consideração Superior



Carlos Santos Duque

Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 19 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de abril de 2014, que remete para aprovação, a abertura do período de discussão pública pelo período de 30 dias úteis, referente à revisão do Plano de Urbanização de Tramagal, nos termos e com o encaminhamento previstos no Artigo 77º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação. - 23803

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura do período de discussão pública referente à revisão do Plano de Urbanização de Tramagal, nos termos da referida informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 06/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de abril de 2014, acerca do pedido de licença de construção de edificação destinada à instalação de atividades de prestação de serviços, requerido por Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo. - 152859

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura apresentado, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 06/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Deverão ser apresentados os seguintes projetos da especialidade:

- Estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica (quando aplicável);
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;
- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica ou ficha eletrotécnica;
- Projeto de comportamento térmico, termo de responsabilidade, ficha resumo caracterizadora e Pré-certificado, cf. ponto 1.1 do Anexo à Portaria 349-C/2013, de 2 de dezembro;
- Projeto de drenagem de águas pluviais;
- Projeto de instalação de gás, devidamente visado por entidade inspetora competente;
- Projeto de segurança contra incêndios ou ficha de segurança nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro (SCIE); Projeto acústico;
- Projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 16 de abril de 2014, que aprovou a emissão de parecer relativo à renovação de alvará de licença para as operações de gestão de resíduos nº



42/2009 – Estação de transferência de RSU's de Abrantes, conforme solicitado pela Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com o seguinte teor: – 165219

"Porque a pretensão da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., não deverá ser equacionada no âmbito da oferta prevista de solo urbano, situação que se mostraria mais indesejável pela proximidade de residências e atividades várias, a Câmara Municipal considera a Classe de Espaço Agro-Florestal (ou a de Espaço Industrial, inexistente porém na respetiva freguesia) a mais adequada a alojar um tipo de infraestrutura como a pretendida."

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O vereador Luís Ablú Dias fez algumas referências a este processo, nomeadamente, sobre certas questões legais e alertou para a existência de algumas divergências, entre os pareceres dos serviços da Câmara Municipal de Abrantes e da CCDR.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 22 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Manutenção, Transportes

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de abril de 2014, que aprovou o pedido da Câmara Municipal de Constância, para a cedência de 100 grades anti-motim, destinadas à vedação das zonas de realização das atividades da Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, nos dias 19, 20 e 21 do mês de Abril de 2014. - 160197

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



De	Para	Info nº	Data
CARLOS SANTOS DUQUE Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística	JOÃO CARLOS GOMES Vereador da Câmara Municipal	04/2014 CD	04. 04. 2014

Assunto

Renovação do Alvará de Licença para as Operações de Gestão de Resíduos nº 42/2009 Estação de transferência de RSU's de Abrantes

"Valnor – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A." (pedido de parecer ao Município)

Sr. Vereador

Solicita-nos a "Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A." um parecer do Município de Abrantes face à situação exposta pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo.

A qual considerou que a pretensão daquela empresa é incompatível com o instrumento de gestão territorial aplicável à respetiva localização. Tratando-se da "Classe de Espaço Agro-florestal" como tal identificada no nº 1 do Artigo 6º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, definida e caracterizada nos seus Artigos 10º e 26º, será de esclarecer que as normas constantes de ambos esses artigos foram interpretadas, pela área responsável pelo ordenamento do território, como não permissíveis de admitir outras utilizações que não exclusivamente as que são sugeridas nos mesmos.

Saliente-se, porém, que na verdade, esse Artigo 10º indica um destino preferencial às áreas classificadas naquela Classe de Espaços e, simultaneamente, o Artigo 26º admite a autorização da alteração do solo para fins não agrícolas, indicando outras utilizações, porém, a título exemplificativo e utilizando o termo "nomeadamente".

Porque a pretensão da "Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A." não deverá ser equacionada no âmbito da oferta prevista de solo urbano, situação que se mostraria mais indesejável pela proximidade de residências e atividades várias, cremos ser a Classe de Espaço Agro-florestal (ou a de Espaço Industrial, inexistente porém na respetiva freguesia) a mais adequada a alojar um tipo de infraestrutura como a pretendida.

Pelo que sugiro que a presente reflexão suporte a posição do Município quanto ao solicitado.

À Consideração Superior

Carlos Santos Duque
Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística